

**ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**, REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2022, NA PLATAFORMA ONLINE GOOGLE MEETS – COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: Giulia Patitucci (SMDHC), Maria Isabel Ferraz (SMADS), Maria Luiza Franco (SMS), Humberto Carmo (SMSUB), Rodrigo Medeiros (SMDDET), Cleiton Ferreira (É de Lei), Darcy Costa (MNPSR), Verônica Martines (CDHLG), Alderon Costa (Rede Rua), Roseli Kraemer (RPR). **MEMBROS SUPLENTE**S: Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Maria Lisabete Santiago (SMADS), Edilene Magalhães (SMDDET), Robson Mendonça (RPR). **PARTICIPANTES**: Barbara Mariano (SMDHC), Bruna Iglesias (SMDHC), Caroline Brisola (CDHLG), Maria Lúcia (SMS), Inspetor Chaves (GCM), Nilson Fernandes, Guilherme Pinheiro (CDHLG), Carolina (CDHLG), Equipe CAE João Neri, Márcia Terlizzi (Fórum da Cidade), Liana Oliveira (Sindicato dos arquitetos do Estado de São Paulo + Lab.Pop Risco), FORTSUAS Baixada Santista, Pri Ramos, CTA Lapa, Fabiana (CRSCentro), Paula Rochlitz Quintao, Edvaldo (MLDPR Nacional), Karina Begano, Regina Maria Manoel, Cris Silva, DIEJA, Eri Ishimoto, Família em Foco Santana, Kelseny Medeiros (Gabinete Erika Hilton), Giovanna Adler Souza, Isabel Pereira de Souza, Ivan Cantelli (GCM), José Vicente de Oliveira (SMDHC), Júlia Lima (Gabinete Eduardo Suplicy), Letícia Silva, Luciano Marques Lira, Maria Antonieta Vieira, Maria Lúcia Yamashita, Marisa do Espírito Santo, Rodrigo Sanches, Rosiene Silvério, São Paulo Rua, Wilherson Luiz (DPE).

### **Introdução**

A reunião iniciou com a revisão das atas passadas, que seriam aprovadas na reunião extraordinária da semana do dia 23 de março. As participantes **Júlia Lima** e **Kelseny Medeiros** pediram para que as atas sejam enviadas com, no mínimo, 24h de antecedência. Júlia encaminhou por e-mail as alterações que precisam ser feitas.

As pautas da reunião foram: Programa Reencontro, com atualizações sobre as discussões que estão acontecendo dentro do projeto, e grupo de trabalho intersecretarial de monitoramento de óbitos.

O sr. **Cleiton Ferreira** pediu para que os informes sobre o Projeto Rede Cozinha Cidadã voltassem, questionou se havia perspectiva de um fim do projeto e apresentou o problema do espaço no Teatro de Contêineres (falta de iluminação, lixeiras, trânsito no local). A sra. **Maria Luiza Burgareli** respondeu que não tem

perspectiva para o fim do projeto, foram feitas as contratações de novos restaurantes por mais três meses e disse que acataria internamente a questão do local de distribuição das 400 marmitas diárias do Teatro de Contêineres.

Em seguida, a sra. **Maria Luiza Burgareli** repassou os informes da reunião:

1. O relatório da pesquisa amostral do Censo da População de Rua da cidade de São Paulo de 2021 foi lançado em março;
2. No dia 11 e 12 de abril acontecerá formações sobre população em situação de rua para a Polícia Civil, serão formações continuadas. As mesmas formações acontecerão para a GCM, ainda sem data definida;
3. O Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, equipamento móvel da coordenação, está atualmente na Praça Marechal Deodoro de segunda a quinta e na Praça Princesa Isabel de sexta e sábado. O equipamento também esteve na ação intersecretarial do Dia da Mulher;
4. O Projeto Rede Cozinha Cidadã está com 3400 marmitas distribuídas entre o Centro (2800 refeições), Pinheiros (200), Lapa (200), Vila Mariana (200) e mais 755 refeições diárias pelo MEPSR na região central. A coordenação está na articulação com equipamentos e espaços da própria região da Luz para substituir o ponto do Teatro de Contêineres;
5. As eleições do comitê PopRua acontecerão no dia 02 de abril, durante um sábado, em sete pontos da cidade. As urnas estarão abertas entre 9h e 17h. As candidaturas foram publicadas em Diário Oficial e também foram apresentadas na reunião, e o material de divulgação das candidaturas está sendo feito pela equipe de comunicação;
6. As próximas reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê PopRua ocorrerão de forma presencial na Câmara e no auditório da SMDHC;
7. Evento JudSampa para população em situação de rua com oferta de diversos serviços na Praça da Sé nos dias 15, 16 e 17 de março. O evento está sendo promovido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª região, em conjunto com órgãos públicos do Estado e do Município de SP. Também contará com a participação de movimentos sociais ligados à população em situação de rua e OSC's da mesma temática. As unidades móveis da SMDHC (CRAI Móvel, CPD, Unidade Móvel de Mulheres, Unidade Móvel LGBTQIA+) estarão presentes disponibilizando vários serviços. Serão disponibilizadas algumas refeições do Projeto Rede Cozinha Cidadã;

8. Governo de SP entregou a primeira unidade móvel do Bom Prato com distribuição de 300 refeições em Anhanguera e outras sete regiões com maiores índices de vulnerabilidade também serão contempladas;
9. Atualização da SMS sobre os dados de Covid-19 da população em situação de rua
  - a. Vacinação da H3N2: está sendo articulado com a Covisa a vacinação pelas equipes de Consultório na Rua. Saúde está aguardando resposta do Estado - ainda não temos uma data;
  - b. A sra. **Maria Luiza Franco** afirma que a cidade avança bem na vacinação contra a Covid-19 entre a população, alcançando cerca de 80% de cobertura, além disso, os dados fornecidos contam que:
    - i. Dose adicional: 7617
    - ii. Primeira dose: 21593
    - iii. Segunda dose: 17333
    - iv. Dose única: 7240<sup>1</sup>
    - v. 2020 até Fevereiro de 2022: 52 óbitos
  - c. Produção:
    - i. Casos suspeitos (exames realizados pcr e antígeno): 4440
    - ii. Casos confirmados: 1311
    - iii. Abordagens realizadas: 431445
    - iv. Cadastrados no Consultório na Rua: 17009
    - v. atendimentos médicos de outros profissionais da saúde: 287085
10. Atualização da SMADS sobre novas estratégias para supervisão dos serviços de acolhimento da população:
  - a. Prioridade na qualidade do atendimento nos serviços de população;
  - b. Estabelecimento de um grupo de trabalho de monitoramento da questão de alimentação e segurança alimentar dentro dos equipamentos da SMADS;
  - c. Estabelecimento de um grupo de trabalho de monitoramento e avaliação da qualidade dos serviços olhando para infraestrutura;

---

<sup>1</sup> Dados da COVISA e VacíVida, como indica a servidora Maria Luiza Franco

11. SMADS está em vias de contratar vagas em hotéis na região central para acolher emergencialmente a poprua:

- a. Ampliação de vagas emergenciais de hotel para atender o número de pessoas em calçadas, financiamento através da transferência de fundos - do estadual para o municipal;
- b. O informe será melhor detalhado na reunião extraordinária.

Nos comentários dos informes: o sr. **Darcy Costa** (e, posteriormente, o sr. **Robson Mendonça** perguntou sobre o mesmo tema) comenta sobre um caso de uma mulher, acolhida em um centro para imigrantes, que tomou a dose única da Jansen e que, sem tomar a dose de reforço, acabou desligada do equipamento sob alegação de “obrigatoriedade de vacinação da dose de reforço”. A sra. **Maria Luiza Franco** respondeu que a dose de reforço é obrigatória e que esta mulher deve tomar a dose, embora isso não seja motivo para recusa de acolhimento. O sr. Darcy deu o endereço da denunciante e o caso foi encaminhado pela sra. Maria Luiza. A sra. **Isabel** destacou que não há orientação da SMADS para a proibição de acolhida de pessoas não vacinadas, uma vez que a própria secretaria entende que garantir a vacinação é mais fácil depois da alocação desta pessoa em um serviço.

A sra. **Caroline Brisola** questiona sobre o método de contagem de óbitos, citando a pesquisa realizada pela CDHLG e LabCidades que indicou um número maior de óbitos, e sobre a perspectiva de mudança do número apresentado pela SMS. A sra. **Giulia Patitucci** respondeu que o tema de monitoramento de óbitos será pauta da reunião.

O sr. **Robson Mendonça** reclama da dificuldade de conseguir uma vaga, fixa ou temporária, a sra. **Roseli Kraemer** exigiu a presença do secretário responsável pela SMADS, o sr. Carlos Bezerra. Em resposta, a sra. Isabel respondeu

A sra. **Kelseny Medeiros** focou sua fala sobre os GT's citados pela sra. Isabel. Destacou que o GT sobre segurança alimentar apenas “prevê” a participação do COMUSAN e que o mesmo não tem a presença de um/a profissional de nutrição. Sobre o segundo GT, ressaltou que as denúncias de serviços da SMADS devem passar pelo Comitê PopRua, algo assegurado em uma portaria municipal. O GT em questão apenas “convida” a sociedade civil. Segundo Kelseny, o comitê tem o direito de fiscalizar as denúncias nos espaços de acolhida. Além disso, citou que a Comissão de Direitos Humanos da câmara de vereadores (composta pelos gabinetes da

vereadora Erika Hilton e do vereador Eduardo Suplicy) está produzindo um relatório a partir das visitas realizadas em 7 centros de acolhida, Kelsenly disse que nem a prefeitura, nem a SMADS, nem qualquer outra parte denunciada, deu uma resposta satisfatória para as queixas levantadas. A sra. Isabel reforçou que o GT estabelecido não é

O sr. **Cleiton Ferreira** perguntou se o Bom Prato Móvel vai chegar em outras regiões, a sra. **Giulia Patitucci** respondeu que o formato será replicado em regiões de maior vulnerabilidade, servindo de apoio aos restaurantes que já distribuem refeições diariamente. O conselheiro também perguntou sobre se os hotéis darão abrigo para as famílias com usuários de substâncias que temem a retirada de suas crianças no momento de entrada nestes serviços. No mesmo sentido, perguntou se, no atendimento dos hotéis, terá uma ação de acompanhamento de redução de danos que vá além do tratamento de abstinência (problemática de pessoas serem removidas por não conseguirem chegar à abstinência total).

O sr. **Alderon Costa** pediu informações para a SMDDET sobre o POT e sobre o programa de trabalho. Sobre o CPD, pediu um relatório de atividades. Pediu também que o Projeto Rede Cozinha Cidadã abrisse um ponto de distribuição de no mínimo 200 refeições diárias (idealmente 400) em Santo Amaro. Para a SMS, perguntou sobre a divulgação da vacina entre a população em situação de rua; em resposta, a sra. Maria Luiza ficou de enviar o material de divulgação por e-mail. Para a sra. Isabel, sugeriu o fim da “cultura” de desligamentos e lista de restrições através de um levantamento feito, além da sugestão de maior diálogo com a defensoria, o MP, a ouvidoria, a comissão de direitos humanos e o COMAS.

A sra. **Bárbara Mariano** citou a produção de um relatório da ODH com as principais denúncias de centros de acolhidas. Relatou que foi feita uma reunião com a SMADS para tratar do assunto mas que não houve encaminhamento frutífero. Disse que a ODH está aberta para debate e articulação.

A sra. **Isabel**, representando a SMADS, citou que o GT citado não tem intenção de ser um portal de denúncias, e sim um acumulador de denúncias que chegam por outras vias já estabelecidas, o que garante a articulação com os mais diversos órgãos de contato com os denunciantes. Assumiu que a SMADS tem ciência da precariedade de alguns serviços, sobretudo os de acolhida. Sobre o GT de alimentação, assumiu que o quadro de RH da SMADS não têm um/a profissional de nutrição, mas que o espaço de discussão pode servir para a contratação de um/a profissional desta área.

Ressaltou que o COMUSAN e a COSAN participarão do espaço, tendo o plano municipal de segurança alimentar e nutricional como diretriz para as ações. Sobre os hotéis, diz que este haverá um acolhimento para famílias, e a equipe será composta pelos mesmos profissionais que estão nos centros que acolhem famílias - ou seja, a família terá apoio sobre o tema de uso de álcool e outras drogas.

Em seguida, a sra. **Maria Luiza Burgareli** apresentou o retorno dos encaminhamentos: a extraordinária para a apresentação do Censo PopRua foi marcado para o dia 23/03/2022, às 15h; foi enviado um ofício para o CMH sobre a destinação de prédios à população em situação de rua; foram levantados contatos que têm interesse em contribuir com a realização do censo de crianças e adolescentes em situação de rua, além do mapeamento de locais estratégicos; o GTI de monitoramento de óbitos fará um repasse, tornando-se pauta desta reunião; foi enviado um ofício para a SMS pedindo recontagem de óbitos (SEI nº 074.2022/0001880-8); o drive dos conselheiros foi atualizado com os materiais mais recentes.

O calendário de reuniões e ações para o comitê poprua no mês de março foi apresentado: dia 15, 16 e 17 haverá o mutirão de serviços para poprua na Praça da Sé (entre às 9h e 15h); dia 23/03 haverá reunião extraordinária sobre o censo poprua; dia 30/03 será a reunião do subcomitê permanente de zeladoria urbana e, no dia 02 de abril, serão realizadas as reuniões do comitê poprua.

### **Primeira pauta**

Assim entrou-se na primeira pauta da reunião, sobre o Programa Reencontro. Os principais pontos apresentados pela Coordenação, foram:

1. Será publicado um Decreto que vai regulamentar a Política Municipal para a População em Situação de Rua - Lei 17.252/2019, o qual vai instituir o Programa Reencontro;
2. O Programa Reencontro promoverá a ação intersetorial e integrada das políticas municipais direcionadas à poprua, especialmente nos assuntos relativos à habitação, assistência e desenvolvimento social, direitos humanos e cidadania, saúde, trabalho e renda, educação, regulação do uso e ocupação dos espaços públicos, segurança alimentar e nutricional e cultura;
3. O Programa mantém como referência os Sistemas Únicos da Assistência Social e da Saúde como base estruturante da política;

4. O Programa terá suas ações organizadas nos seguintes eixos estratégicos:
- a. **Eixo Conexão:** fortalecimento e construção de vínculos comunitários e familiares e de vínculos dos agentes, serviços e políticas públicas com as pessoas em situação de rua; publicação de Portaria Intersecretarial para formalizar atuação conjunta entre SEAS e CnR; estudo para informatização dos dados de abordagem da SMADS; revisão da norma técnica do serviço de abordagem da SMADS para padronizar a atuação das equipes em todo o território municipal; estudo para implantação do Projeto Retornar.
  - b. **Eixo Cuidado:** compreende a gestão integrada do atendimento à poprua nas áreas de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Assistência Social, Habitação, Saúde, Educação e Segurança Alimentar e Nutricional; implantar Núcleos de Convivências nas Subprefeituras desprovidas deste serviço (PdM 2021-24); reordenamento da rede de acolhimento respeitando os perfis das pessoas e o número máximo de 200 vagas por serviço (PdM 2021-24); inauguração de serviço de acolhimento emergencial no Prates; regulamentação do Serviço de Moradia Social; lançamento de duas PPPs para provisão de infraestrutura de serviços para população em situação de rua.
  - c. **Eixo Oportunidade:** compreende a criação de alternativas que visem à autonomia dos cidadãos beneficiários; oferta de vagas de POT poprua; portaria para regulamentar o fluxo de operação do Decreto 59.252/2020 (cota de 2% para população em situação de rua em contratos públicos); outras ofertas de benefícios estão sendo estudadas.
5. Os objetivos específicos do programa contam com:
- a. Formação de arranjos de governança efetivos entre os órgãos;
  - b. Adequação da rede de acolhimento institucional com respeito às particularidades de cada perfil;
  - c. Oferta de soluções habitacionais como estratégia inovadora de atendimento;
  - d. Fortalecimento do trabalho social com estímulo à construção de vínculos sociais, comunitários e familiares;

- e. Adequação das ofertas de políticas públicas com base no censo da população em situação de rua.

6. Em relação ao ponto da “Governança”, destaca-se:

- a. O planejamento e a execução do Programa serão acompanhados pelo Núcleo Gestor do Programa Reencontro;
- b. O Núcleo Gestor contará com um Núcleo Técnico do Programa Reencontro para prover o suporte técnico necessário ao planejamento, implementação, monitoramento e avaliação do Programa;
- c. Será implantado um sistema de monitoramento e acompanhamento da execução das ações do Programa Reencontro, o qual será apresentado ao Comitê PopRua para controle social da política, conforme prevê a Lei 17.252/2019.

7. Demais entregas:

- a. Censo da População em Situação de Rua;
- b. Política Municipal para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua;
- c. Edital de PPP de banheiros públicos - previsão de 200 unidades com funcionamento 24h.

O sr. **Rodrigo Medeiros**, representando a SMDDET, complementou a questão do “Eixo Oportunidade”, edital de chamamento público, junto com a SMSUB, atendendo 1000 população em situação de rua da região central - o que é diferente do POT População em situação de rua. Tem um fluxo consolidado com a SMADS e com o Comitê. Tem também o POT Reencontro: uma gerenciadora executará este POT, que deve ser voltado inclusive a qualificação profissional de excelência - 3 dias de frente de trabalho e 2 dias de qualificação profissional. Este edital também vai fomentar ações que já existem pela região central, tipo, cisarte, na cozinha do sr. robson. Este Edital é voltado para: zeladoria, jardinagem, hortas e conscientização dos comerciantes sobre correto descarte de lixo - tudo por meio de qualificações profissionais, sendo uma OSC a executora do processo. As vagas serão encaminhadas pela SMADS com validação do Comitê. Para além deste, existem outros POTs que têm inserção da população em situação de rua. Em resposta, a sra.

**Júlia Lima**, no chat, pontuou: o edital do POT Reencontro precisa ser debatido no comitê antes da publicação.

O sr. **Robson Mendonça** foi o primeiro a comentar, disse que embora o projeto pareça muito bom, a prática é um desafio. Ressaltou a importância e necessidade de banheiros, sobretudo pelo centro. Crítica a questão da "moradia provisória" não ser projeto de habitação. Criticou também a falta de discussão dentro do comitê, e, em relação a isso, outros conselheiros e representantes concordaram, são eles:

A sra. **Kelsen Medeiros** coloca que um ofício deve ser apresentado para a secretaria de governo para que a minuta não seja publicada antes de passar por discussão no espaço do Comitê. Pediu também para que voltem as reuniões do "Subcomitê Reencontro". Criticou a questão da "meta" de 30 pessoas por mês no "Retornar", afirmando que cria-se uma pressão em cima do serviço.

O sr. **Darcy Costa** perguntou sobre a escolha da demanda. Ressaltou que serviço de acolhimento temporário não pode ter como nome "moradia", então é necessário nomear melhor os serviços.

A sra. **Júlia Lima** perguntou se houve algum retorno sobre a carta que levanta pontos sobre o Programa Reencontro, enviado pela sociedade civil em janeiro; perguntou se o decreto regulamentador da lei da população em situação de rua e o decreto do Reencontro é o mesmo; destacou que, pela lei 17.252 no art.32, o executivo deve regulamentar a lei dentro de 90 dias, no entanto, passaram-se 800 dias e a lei não foi regulamentada; reforçou a importância de articulação entre governo e os gabinetes responsáveis pela lei. Sobre os eixos, repudiou o "Projeto Retornar" estabelecer uma cota de passagens, reafirmou que a SMADS tem um painel de passagens e esta questão não foi debatida dentro do comitê. Sobre o eixo Cuidado, Júlia pediu explicações sobre o serviço emergencial do Prates e levantou a importância da capacitação de servidores diretos e das organizações que trabalham com a população em situação de rua - algo notado nas visitas nos centros de acolhida. Além disso, Júlia parabenizou a inclusão do serviço de moradia social, e perguntou se este serviço será nos espaços divulgados pela mídia, como no estacionamento do Detran. Sobre o Eixo Oportunidades, Júlia reforçou que o POT Reencontro deve ser debatido no comitê e pediu capacitação diversificada. Também sugeriu a parceria entre SENAI e SENAC com formações gratuitas para população, e a discussão sobre economia solidária. Sobre o ponto de "demais entregas", a assessora pediu a reativação do subcomitê temporário de crianças e adolescentes em situação de rua

para debate do substitutivo do PL 253. Ademais, sobre os banheiros públicos citados, Júlia disse novamente que não foi uma PPP discutida no âmbito do comitê, e questionou se esses banheiros terão chuveiros, sugerindo que melhor seria se estes parecessem com os do projeto “Vidas no Centro”. Júlia disse também que é importante dar luz a segurança alimentar e nutricional, e perguntou como (e quando) serão os debates sobre educação, cultura, mobilidade urbana, inclusão digital, esporte e lazer.

O sr. **Alderon Costa** também pontuou a exclusão da sociedade civil nos órgãos de discussão como o COMUDA (algo que o sr. **Nilson Hernandes** trouxe), e demonstrou preocupação com a possibilidade de exclusão do comitê em outros espaços relacionados diretamente à população em situação de rua. Com o objetivo de fortalecer o comitê, o sr. Alderon Costa sugeriu revisar o regimento interno do órgão. Citou a importância de políticas para prevenir que as pessoas acabem em situação de rua.

A sra. **Roseli Kraemer** ressaltou que é extremamente importante que o Comitê participe e seja respeitado, pediu equipes de redução de danos nas ruas e nos serviços.

O sr. **Cleiton Ferreira** criticou a questão das cotas do Programa Retornar. E pede a presença de Rodrigo Medeiros, porque considera que o trabalho, pauta da SMDDET, é porta de saída. Perguntou também se tem alguma possibilidade de outras organizações participarem do POT de qualificação.

Em resposta, o sr. **Rodrigo Medeiros** diz que pensa em fomento de cooperativas pelo centro. A área de jardinagem e hortas, segundo pesquisa da SMDDET, teve um crescimento notável e, por isso, mais vagas foram disponibilizadas para este campo. Em resposta a fala do sr. Cleiton, Rodrigo diz que o principal critério para participação do POT é estar acolhido, sendo em qualquer serviço ou organização, ou seja, pessoas vinculadas à uma organização tem maior facilidade de entrar no POT (não precisando estar inscrito em um CAT, a SMADS e o Comitê fazem o encaminhamento dos nomes, além do trabalho da própria gerenciadora). Todas as organizações podem participar, uma vez que o chamamento é público. Além disso, o POT pode atuar nos equipamentos das organizações (como as cozinhas industriais).

A sra. Giulia Patitucci relatou que a carta foi lida pela equipe de governo e será levada em consideração. Disse que o foco do Programa Reencontro é regulamentar a política para a população em situação de rua na cidade de São Paulo, e que o

programa está embasado no SUS e no SUAS, por exemplo. Admitiu que o Projeto Retornar deve[ria] ser debatido no âmbito do subcomitê reencontro, que logo deve voltar. O projeto no Prates ainda não tem muito definido, não tem tipologia definida, por exemplo, e deve estar no ofício que será enviado para Governo solicitando maiores esclarecimentos.

Além disso, a Fundação Paulistana, braço da SMDDET, está com um convênio com o SENAI e SENAC, contando com os cursos do “Elabora”. Giulia avaliou que a informação não está chegando, e que será melhor divulgada. A coordenadora também afirmou que o PL de crianças e adolescentes em situação de rua poderia ser debatido dentro do Subcomitê Reencontro. Sobre a PPP de banheiros, informou que são cabines de 24h, mas ela não é uma estrutura grande com lavanderia, e foi feita pela SPParcerias. Concordou que no ofício enviado para Governo, deve-se pedir maiores informações sobre os temas levantados pela sra. Júlia Lima (cultura, lazer, esporte, etc).

Em relação à crítica do sr. **Alderon Costa** sobre a possibilidade de sobreposição das secretarias, que deixaria a SMADS acima da SMDHC, e, conseqüentemente, do Comitê, Giulia responde que não se trata disso, e sim de um espaço para debate intersecretarial através de um núcleo técnico, nomeado, responsável formalmente. Giulia também reforça que é necessário formalizar o pedido de maior participação do comitê nas discussões do Programa Reencontro. Admitiu também a dificuldade de uma equipe reduzida em administrar vários subcomitês - deve-se criar comitês específicos, com “começo, meio e fim”, no sentido de visar a produção direta.

A fala da sra. **Karina Begano**, agente social da região da Brasilândia denuncia o aumento de pessoas em situação de rua (cerca de 360 cadastrados) em choque com a falta de equipamentos sociais no mesmo espaço, citando que 80% dos pacientes não têm CadÚnico porque não conseguem manter seus documentos, sobretudo após ações de zeladoria urbana. Ela disse que tem como objetivo, representar a poprua daquela região no espaço do comitê.

### **Segunda pauta**

A sra. **Giulia Patitucci** iniciou a pauta informando que o há um processo em andamento para nomeação de representantes titulares e suplentes da SMDHC, SMS, SMADS, SMSU, SMSUB para compor o GTI de monitoramento de óbitos. Além disso, são realizadas reuniões com as secretarias (municipais e estaduais) para esboçar o

diagnóstico e fluxo de monitoramento de óbitos de pessoas em situação de rua realizadas entre dezembro/2021 e fevereiro/2022. As participantes, com seus respectivos setores, são:

- SMDHC/SMS/SMADS;
- SMDHC/SSP/IML;
- SMDHC/SMSU;
- SMDHC/SMS-Ceinfo;
- SMDHC/Defensoria Pública do Estado;
- SMDHC/Clínica Luiz Gama/LabCidade;
- SMDHC/SMADS/SMSUB-Serviço Funerário;
- SMDHC/SMADS/SSP.

A coordenadora informou também que a próxima reunião do GTI, com todos os membros, ocorrerá em 18/03/2022. A pauta será a apresentação de pontos discutidos nas reuniões bilaterais efetivas com as secretarias, com um material ainda em construção. E então, após esta reunião, os pontos discutidos no GTI serão apresentados ao Comitê PopRua. A ideia é que o plano completo seja utilizado já no inverno deste ano.

### **Encaminhamentos**

1. Compartilhar fotos das ações do Dia das Mulheres no CPD Poprua no mailing;
2. Envio semanal dos dados da saúde no mailing;
3. Aprovar atas na Reunião Extraordinária do Comitê PopRua;
4. Envio da lista de candidatos nas eleições no mailing;
5. Enviar ofício para Governo solicitando que as ações previstas no Decreto do Programa Reencontro sejam debatidas no Comitê PopRua no Subcomitê Reencontro, por meio de oficinas participativas temáticas;
6. Retomada temporária do Subcomitê Crianças e Adolescentes e uma reunião para debate do PL;
7. Ofício SMADS para Comitê e Comissão de DH participarem de uma reunião do GT de supervisão de serviços (sobre portaria 15 e 16);
8. Enviar no mailing atualizações sobre o censo de crianças e adolescentes em situação de rua.